

Vozes das Comunidades

Um jornal feito
pelas comunidades
a serviço
das comunidades

Setembro de 2009 ■ Ano IV ■ Nº 05

OCUPAÇÕES URBANAS:

Moradores sem-teto se mobilizam por moradia digna

Páginas 4 e 5

O trabalho das mulheres:
histórias de vida e de luta

Página 6

Violência e desrespeito
na Política de Segurança
Pública do Rio

Página 11

A vitória dos profissionais
e amigos do funk na Alerj



FOTOS POR GILKA REZANDE

Comunicação Popular

Um jeito diferente de explicar o mundo

Esse jornal é fruto do Curso de Comunicação Comunitária ministrado pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) entre maio e agosto de 2009. Cerca de 40 alunos participaram do curso, dentre eles lideranças de comunidades e movimentos populares; alunos de comunicação, moradores de favelas; e estudantes e jornalistas ligados aos movimentos sociais.

As aulas ocorreram no centro do Rio, e dois encontros nas próprias comunidades em que moram alguns dos alunos: uma foi no Complexo da Maré, em comemoração aos 10 anos do jornal comunitário O Cidadão; e a outra na Cidade de Deus.

Na CDD, todos saíram às ruas na aula de fotografia e produziram um belo ensaio fotográfico do local. A foto de capa deste jornal foi feita durante a aula de fotografia pela estudante de jornalismo Gilka Resende.

Foram quatro meses de aulas teóricas e práticas. Discutimos como se deve ler jornal e ver TV de maneira crítica; pensamos na importância de se fazer mídia alternativa e comunitária; falamos sobre Teoria da Comunicação, cultura popular e novas mídias, além de ter aulas de como se

fazer jornal, linguagem, títulos, fotos e rádio. Na última aula, os alunos aprenderam a falar em público.

O resultado de todo esse processo é o *Vozes das Comunidades* nº 5 que você, leitor(a), tem em mãos! Nessa edição, falamos sobre algumas ocupações urbanas do Rio de Janeiro, a política de segurança pública do Rio, o programa Cidade de Deus Digital, as mulheres no mercado de trabalho, a política de cotas, saúde pública, músicas de resistência, e o golpe de estado em Honduras.

O Curso de Comunicação Popular do NPC pretende ser, também, um movimento de fortalecimento da Imprensa Popular. Uma imprensa que interpreta o mundo a partir dos valores, da cultura e das necessidades históricas e imediatas da classe trabalhadora.

O **Vozes das Comunidades** é um exemplo de imprensa produzida pelos trabalhadores, que comunica o que lhes diz respeito e o que é de interesse de sua classe. Uma imprensa a serviço do povo trabalhador. Completamente diferente da outra, que, embora diga que é neutra, defende os interesses dos donos do capital.

Boa leitura!

Minha história



De uma ocupação a um bairro chamado novo São Bento

Aluna do Curso de Comunicação conta como um grupo de pessoas uniu suas forças e ocupou um terreno desabitado em Duque de Caxias

Por Eliete da Silva

Tudo começou há 14 anos. Éramos 25 famílias dentro de um caminhão e uma kombi, em busca de um lugar digno para morar e de nos livrar definitivamente dos aluguéis caríssimos. Passamos um ano nos reunindo para, através de pesquisa de terras desocupadas, localizar algum terreno que nos fosse favorável. Dentre as pessoas que faziam parte destes encontros, estavam alguns moradores de rua e de áreas de risco.

Achamos, enfim, um terreno abandonado de aproximadamente 20 mil m². Após encontrar essa terra abandonada e improdutiva, nos reunimos para marcar a data de ocupação. A informação não po-

dia vazar de forma alguma, pois isso atrapalharia nossos planos. Marcamos para o dia 7 de janeiro de 1995, por volta da meia-noite. Algumas mulheres vieram dentro do caminhão junto com as ferramentas necessárias para a ocupação. Ao chegarmos, havia muita tensão. O local estava muito escuro, mato até a cintura, muitos e muitos mosquitos. Passamos a noite em claro, pois a preocupação era grande com a segurança de todos e todas.

Ao amanhecer, nos deparamos com o corpo de uma pessoa e animais mortos próximo ao local onde estávamos. Apesar do susto e de todos os obstáculos, tudo correu bem. Estamos aqui, até hoje, no mesmo local, somando aproximadamente 315 famílias. Todo o esforço e o trabalho valeram muito, pois hoje moro em um bairro construído por nós, com nossas lutas, chamado **Novo São Bento**, em Duque de Caxias. Tenho a convicção de que, sem dúvida, faria tudo novamente.

EXPEDIENTE – Setembro de 2009

Vozes das Comunidades

Jornal do Curso de Comunicação Comunitária do NPC
Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
- Tel. (21) 2220-5618 // 9923-1093

Jornalista responsável: Claudia Santiago - **Diagramação:** Daniel Costa
Agradecimento: Carmen Lozza - Gustavo Barreto - José Arbex - Hamilton Souza
Mário Camargo - Naldinho Lourenço - Renata Souza - Vito Giannotti
Apoio: **Fundação Rosa Luxemburgo** e **Sindicato dos Engenheiros (RJ)**

Equipe

Artur William - Camila A. Marins A. Theodoro - Carlos Maia - Cynthia Rachel
Danielle Pinheiro - Danilo George Ribeiro - Derval Silva de Oliveira
Douglas Batista Mendonça - Douglas Pêgo - Eliete Rosa da Silva
Felipe E. Flor dos Santos - Felipe Cabral - Flávia M. de Azevedo
Gabriela C. G. Ferreira - Gilka C. Resende - Gizele O. Martins - Gláucia A. Marinho
Jane N. de Oliveira - Jean Oliveira - Jéssica Santos - Joana da Conceição C. Campos
José Jorge S. de Oliveira - Júlia L. S. Bertolini - Katarine Flor da Costa
Livia D. Duarte - Márcio José Gomes - Maria Zélia Carneiro - Marília A. Gonçalves
Mirian Mara da Silva - Paulo Roberto de Oliveira Raquel Júnia
Rita de Cássia S. Lima - Sandra Silva - Sheila R. Jacob
Silvana Sá - Tatiana Lima - Viviane O. do Nascimento

Democratização

Comunicação: direito humano

Por Sheila Jacob

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação será realizada de 1 a 3 de dezembro. Essa é uma reivindicação antiga dos movimentos que lutam pela democratização da mídia, pois é uma chance de rever alguns aspectos que dificultam a democracia. Dentre eles, a concentração de canais nas mãos de poucas famílias, a renovação automática das concessões públicas, a perseguição e repressão às rádios comunitárias etc.

Mesmo com um forte peso dos empresários, talvez a principal contribuição da Conferência seja o entendimento da comunicação como um direito huma-

no e, portanto, de todos, assim como educação, saúde, moradia... O importante é envolver o máximo de pessoas possível na luta por uma comunicação democrática e transformadora, que não criminalize as lutas dos trabalhadores, que contemple em sua programação a diversidade do nosso país, e que dê espaço para outros atores sociais se manifestarem.

Já estão ocorrendo as etapas municipais/regionais. No Rio de Janeiro, a Região dos Lagos, o Sul Fluminense e Niterói já realizaram suas etapas regionais. A conferência estadual do Rio também já tem data marcada: será de 30 de outubro a 1º de novembro, de acordo com o decreto do governador Sérgio Cabral.

OCUPAÇÕES URBANAS: Terra de alguém

No Rio, sem-teto se mobilizam por moradia digna

A bandeira do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) esticada em três janelas do prédio número 20 da Rua Alcindo Guanabara não deixa dúvidas: estamos diante de uma ocupação urbana de ex-moradores sem teto. Situada ao lado da Câmara dos Vereadores do Rio, a Ocupação Manoel Congo é um retrato da distância entre o poder legislativo e a necessidade real dos trabalhadores: ter uma casa para morar.

Por Júlia Bertolini e Tatiana Lima

Ocupar prédios públicos abandonados tem sido uma das soluções encontradas por dezenas de famílias da região metropolitana do Rio. O Ministério das Cidades estima uma demanda de oito milhões de novas casas no Brasil. Somente no Rio, faltam 450 mil casas. Ao mesmo

tempo, existem cerca de cinco mil prédios abandonados na cidade e em seu entorno, segundo o engenheiro Maurício Campos, da Rede Contra a Violência.

Ocupação Manoel Congo

Hoje, 42 famílias vivem nos dez andares da ocupação Manoel Congo. Antes de conquistar este espaço, foram expulsas de dois outros prédios, também no Centro.

Além da dificuldade de pagar aluguel, as famílias viviam em locais que sofriam com a falta de serviços públicos, como escolas e hospitais. “O Centro do Rio é uma boa opção. Oferece mais escolas e é mais fácil de ganhar algum dinheiro. Muita gente trabalha como camelô”, conta Lurdinha, moradora da ocupação desde outubro de 2007.

“Não foi fácil. Decidimos que só sairíamos desse prédio carregados”, admitiu Lurdinha. A ocupação sofreu forte repressão da Polícia Militar e da Polícia Federal. O poder

judiciário carioca piorou a situação das famílias. “A suspensão da reintegração de posse já tinha saído em Brasília. Depois de muitas idas e vindas, conseguimos achar o documento e entregá-lo a tempo de evitar o despejo. Estava guardado numa gaveta”, conta indignada a moradora.

Vitória conquistada

Hoje, o medo do despejo parece estar longe. A Manoel Congo, em uma negociação histórica, conseguiu que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) declarasse o prédio ocupado como bem de interesse social. O INSS é o maior proprietário de imóveis abandonados no país. O próximo passo será a compra do prédio através da verba no valor de R\$916 mil do Fundo Nacional de Habitação. Serão usados mais R\$700 mil na recuperação das instalações. Hoje existem apenas dois banheiros e um tanque coletivo em cada andar.



FOTOS POR KATHARINE FLOR

Chiquinha Gonzaga: 70 famílias com casa para morar

“Durante cinco meses a rua foi o nosso lugar de organização, onde fazíamos as reuniões. Às vezes chovia, às vezes as pessoas se dispersavam, porque a fome era grande. Mas nós conseguimos”, conta o pedreiro Manoel, morador, desde 2004, da ocupação Chiquinha Gonzaga.

Após anos de negociações, a Chiquinha, que abriga 70 famílias no Centro do Rio, conseguiu a cessão de uso do prédio do INCRA, que estava abandonado há décadas.

Agora, os moradores da Chiquinha e da Manoel Congo aguardam o começo das obras. Lutam para empregar, na reforma, a mão-de-obra disponível dentro das ocupações. “Aqui tem muita gente que trabalha com construção civil. Por que chamar pedreiro de fora?”, comenta Manoel.

Mas Maurício Campos adverte: “até que as famílias tenham um documento assinado que garanta o seu direito e sua permanência, nada está realmente

conquistado, e elas continuam reféns das manobras do governo”.

Mesmo assim, ele acredita que as conquistas das duas ocupações mostram que o sonho é possível. “Com as ocupações, as famílias sem-teto garantiram moradia, ainda que precária, para milhares de pessoas. Isso é mais do que qualquer governo fez nos últimos anos”, opina.

Existem hoje cerca de 30 ocupações de Sem Teto no centro do Rio de Janeiro com características diversas. O objetivo de algumas é o simples direito à moradia. Já outras, se unem à luta dos movimentos sociais.

Para Gláucia Marinho, estudante de comunicação e moradora da Chiquinha Gonzaga, a ocupação representa a possibilidade de construir uma nova sociedade. “Tudo é decidido em assembleia e deliberado em grupo. A construção é coletiva e o movimento de ação direta. Os moradores veem que podem construir, pois o resultado é direto”, ressalta. (JB e TL)

Poder público usa violência contra as ocupações

Recentemente, poder municipal, estadual e federal se uniram em uma ação de despejo. O prédio da Avenida Gomes Freire 510 estava ocupado há quase 30 anos de forma desorganizada. Em 2009, diante do impacto do interesse imobiliário na região e do “choque de ordem” do prefeito Eduardo Paes, os moradores decidiram fortalecer sua organização e se nomearam “Os Guerreiros”. Mutirões para a limpeza e até uma biblioteca foram criados.

Em maio, porém, um incêndio atingiu cinco andares do prédio, causando a interdição pela Defesa Civil. “Existe a suspeita de que o incêndio tenha sido consequência de algum tipo de suborno pago pelos donos do Hotel vizinho à ocupação”, revela Elaine, participante do movimento.

Depois do despejo, os moradores se organizaram e, após dormirem 40 dias na rua, ocuparam o prédio nº 234 na Rua Mem de Sá. A polícia militar ameaçou entrar à força, sem ordem judicial durante a primeira madrugada “Segundo informações, a prefeitura interveio diretamente para manter o prédio desocupado, para que ele

recebesse outra função a partir do projeto de revitalização do centro”, conta Elaine.

As famílias se uniram e ficaram acampadas na frente do prédio, mas acabaram expulsas. Guarda municipal, polícia militar e conselho tutelar pressionavam diariamente as famílias, inclusive com carros para levar as crianças para abrigos.

Hoje, a Ocupação dos Guerreiros não existe fisicamente, e as famílias se dispersaram. Alguns estão em situação de risco, morando nas ruas. Outros estão de favor na casa de parentes ou amigos. Os governos municipal e estadual se recusaram a pagar aluguel social, mesmo com pedido de pagamento expedido pela justiça.

O crescimento econômico dos centros metropolitanos, aliado a uma “política de limpeza urbana”, expulsa as classes pobres das áreas centrais da cidade, e revitaliza locais antes esquecidos. O projeto de revitalização da Lapa, a perspectiva de reforma do Cais do Porto e o calendário de eventos da cidade, como Copa e Olimpíadas, são alguns dos motivos para o endurecimento da ação do poder público frente às ocupações. (JB e TL).

As mulheres no mundo do trabalho

Maioria das brasileiras está no trabalho doméstico



Aleluia Lopes prefere ser diarista



Marinete Machado, agora, é trocadora

FOTOS POR LÍVIA DUARTE

Por Livia Duarte

É comum ouvir uma mulher dizer que ninguém vê o serviço de casa. Lavar, passar, cozinhar. Nada disso é valorizado. As profissionais que desempenham estas atividades são tão invisíveis quanto seu trabalho.

O Brasil tem quase 7 milhões de empregados domésticos. Apenas 400 mil homens. A enorme maioria é, portanto, de mulheres. E negras. A diretora do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Rio de Janeiro, Carli Maria dos Santos, não sabe dizer quantas há na cidade. Há pouco mais de dois mil sindicalizados, e este número não mostra nem de longe a realidade: é difícil dizer o número exato, inclusive pela informalidade. E porque a cada dia um profissional a mais se refugia na faxina.

Carli tem 55 anos, e é doméstica desde os 10. Ela conversou com o *Vozes das Comunidades* apenas pelo telefone, já que não sobra tempo por se dividir entre o sindicato e o trabalho de diarista. Segundo ela, a principal reivindica-

ção é o Fundo de Garantia obrigatório. Os patrões podem pagar ou não o FGTS. Por isso muitas domésticas ficam desprotegidas quando são demitidas. “A filiação sindical é importante para fortalecer a categoria e o sindicato para buscarmos nossos direitos. Hoje existe inclusive federação nacional e internacional dos domésticos.”, explica a sindicalista.

Carli contou que não faltam relatos de injustiça. Os grandes problemas enfrentados por essas trabalhadoras são discriminação por ser negra e por morar em comunidades, e o assédio moral e sexual.

As histórias de Aleluia e Marinete

A trabalhadora Aleluia Marques Lopes tem 40 anos e sorri ao dizer que se orgulha do que faz. A diarista atende várias famílias, o que garante renda de mais de mil reais por mês. É assim que sustenta a casa e três filhos. Com 12 anos já estava no batente. Veio do Ceará com a mãe e uma irmã com “aquela ilusão” do Rio de Janeiro. Logo de início a família alugou um quarto para mo-

rar. E era para a dona do quarto que Aleluia trabalhava em troca de “uma miséria”. Foi muito explorada e humilhada também.

“Até secar gelo em uma festa meu patrão me mandou. Só para todo mundo rir de mim, menina inocente, vinda do norte. Isso nunca saiu da minha cabeça”, relembra. “Meu patrão chegava bêbado e queria passar a mão em mim. Até que eu joguei um balde em cima dele e dei um basta, nunca mais voltei”, conta. Nessa época Aleluia ainda era analfabeta. Foi na casa da segunda patroa que conseguiu estudar à noite. Depois, largou a escola pelo marido, mudou de emprego, começaram a chegar os filhos. Trabalhar levando seu filho para a casa dos patrões era muito difícil. Foi quando passou a deixá-lo na creche para cuidar da casa e da vida dos outros. E assim foi levando.

Sobre a falta de direitos, Aleluia diz que fez uma opção. Trabalhou por dez anos cuidando de dois idosos com carteira assinada. Mas ao sair não teve direito a nada porque não pagavam seu fundo de garantia. Foi depois dessa “desilusão” que re-

solveu pagar pela autonomia. “Como diarista chego, limpo e vou embora. Quando se trabalha na casa da família todos os dias você ouve muito desaforo. Dizem que a gente não faz nada e ganha muito bem, quando pagam o mínimo. Mas eu acho trabalho doméstico dos mais pesados. A gente não pára nem para comer. Sem contar que é difícil patroa aceitar empregada que tem filhos, porque precisa faltar se um deles fica doente”, pontua Aleluia.

Já Marinete Faria Machado, de 59 anos, preferiu largar o trabalho doméstico. A trocadora de ônibus foi diarista por cinco anos. Mas as garantias eram muito poucas: “Eu sei que uma boa diarista ganha mais do que eu como trocadora. Mas e os direitos trabalhistas, carteira, férias, FGTS? Preferi trabalhar no ônibus”, declara a profissional que há 28 anos cruza as ruas da cidade dando troco e enfrentando o trânsito. “O trabalho da doméstica é mais pesado. A única coisa que é ruim são os assaltos. Ainda mais porque temos que pagar o prejuízo do nosso bolso!”, conta com indignação.

Desigualdade econômica

O número de empregadas domésticas no Brasil também aponta desigualdades sociais. Entre 1999 e 2001, o salário médio dos domésticos era de pouco mais do que o salário mínimo estabelecido pelo governo. E ainda podemos fazer a conta: o Brasil tem pouco mais de 56 milhões de domicílios. E 7 milhões de domésticos. Se

cada doméstico trabalhasse em uma residência, apenas 15% das casas teriam empregados domésticos. É claro que este percentual não é exato já que há domésticas que atendem a mais de uma casa. E há casas com vários domésticos. Mas o fato é que apenas uma minoria mais rica pode pagar pelos serviços.

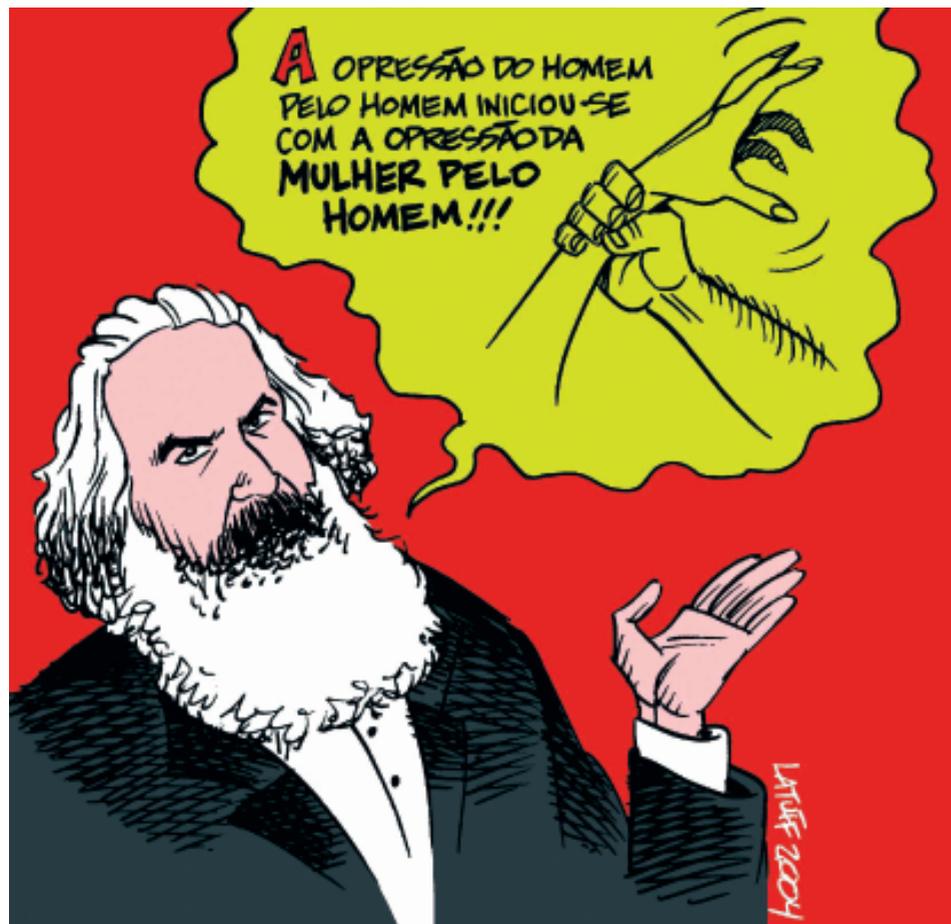
Direitos adquiridos

Apenas na década de 70 as empregadas conseguiram que suas carteiras fossem assinadas. Hoje já foram conquistados outros direitos como vale transporte, aviso prévio e licença maternidade. A principal demanda é o Fundo de Garantia. Mas muitas empregadas continuam sem nenhum destes direitos. Uma das políticas públicas para mudar essa situação é a recente possibilidade de desconto do serviço doméstico

no Imposto de Renda do patrão. A ideia é que, com isso, o registro em carteira seja estimulado. Para melhorar a situação, é preciso se unir com a categoria e lutar. Ainda falta muito para que as domésticas sejam incluídas no conjunto das leis do trabalho e da previdência. A luta é necessária e deve estar próxima de todo o movimento feminino por reconhecimento do trabalho da mulher.

As mulheres no mundo do trabalho

Explicações Sociais: Empregada deveria ser tratada a pão-de-ló



Por Livia Duarte

A professora de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Hildete Pereira de Melo, lembra que o trabalho doméstico é a maior profissão das mulheres no Brasil. Este número pode estar diminuindo pelo aumento dos postos de trabalho em outras áreas. Ter mais ou menos domésticas é uma questão econômica e também cultural. Mas Hildete afirma que este trabalho nunca vai acabar.

Para entender o porquê das domésticas serem pouco reconhecidas, é preciso voltar ao passado. Antes da industrialização, há mais de 200 anos, a família tinha outro papel. Não era separada da produção de bens. Com as fábricas, os objetos passaram a ser produzidos fora da casa, e passaram a ser considerados riqueza. Como as mulheres geram os filhos, parecia natural que ficassem no lar. A mulher deveria trabalhar para que o operário pudesse comer, vestir-se e ter uma casa limpa. Por isso ela não precisaria ganhar nada. E

surge assim uma diferença de valor entre estes trabalhos. Há pouco tempo passou a ser bem visto as mulheres saírem para trabalhar também. Este é mais um motivo para hoje se contratar domésticas. A empregada faz o trabalho da casa que a outra mulher não tem mais tempo de fazer.

A professora mostra que a sociedade não vê o emprego doméstico como um trabalho comum. Em 1943, por exemplo, quando passou a existir a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para os trabalhadores, a empregada doméstica ficou de fora.

“Só a luta das trabalhadoras fez com que aparecessem mudanças na década de 1970. A primeira foi assinar a carteira. Trabalho doméstico é desvalorizado porque o que se faz em relação à reprodução da vida não é visto como atividade importante. Tem mais valor produzir um carro do que produzir uma pessoa. Se não fosse assim, a empregada doméstica seria tratada com pão-de-ló, que é o que merece a vida”, sublinha Hildete.

Mulheres do telemarketing sofrem com precariedade de trabalho

Por Filipe Cabral

O número de mulheres no mercado de trabalho tem aumentado muito nos últimos anos. No entanto, o fato ainda não pode ser considerado uma vitória. As mulheres são responsáveis por grande parte da força de trabalho no Estado, mas a maioria ocupa funções de baixos salários. E poucas alcançam cargos de chefia.

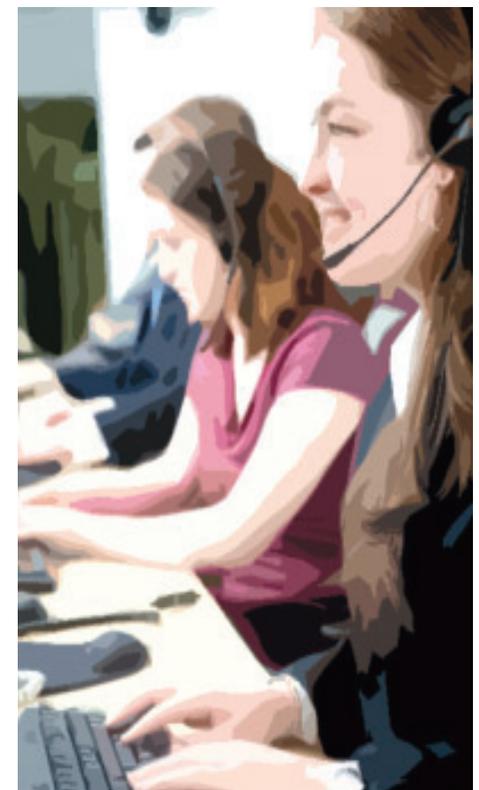
Além do trabalho doméstico, um outro exemplo é o setor de teletendimento, que emprega no Rio cerca de 100 mil operadores. Desse número, 70% são mulheres, com idade entre 18 e 24 anos. Estes dados são do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel)

e da Comissão Especial da Alerj designada para fiscalizar as condições de trabalho neste setor.

Amanda Silveira, de 20 anos, faz faculdade de Letras e é uma típica trabalhadora do teletendimento. “Estou no meu segundo emprego no telemarketing. Infelizmente o salário não é bom, e as condições de trabalho muito menos. Mas é onde sempre tem vaga”, analisou. Amanda falou ainda sobre o desrespeito de seus chefes com os horários. “Pelo certo, teríamos alguns minutos para lanche e para um descanso. Ninguém aguenta ficar seis horas sentado em frente a um computador falando no telefone. Quando meu chefe dá esse tempo, costuma descontar na

carga horária”, conta Amanda.

O piso salarial regional dos operadores de telemarketing é de R\$ 586,13, mas o Sinttel garante que existem trabalhadoras que recebem menos que o salário mínimo. Quanto a essa questão, o deputado estadual Gilberto Palmares (PT), responsável pela Comissão Especial da Alerj, considera: “Por falta de uma legislação específica, o que se constata é que esses jovens terminam por ser submetidos a condições de trabalho, no mínimo, precárias. É inaceitável que isso continue a ocorrer. É importante criar postos de trabalho, mas é preciso assegurar que sejam qualificados e que respeitem os direitos dos trabalhadores”, afirma.



Paraíso ou inferno: para as comunidades mortes e violência

Política de Segurança Pública do Rio é boa só para a classe A

“Que Estado é esse que desrespeita o direito mais fundamental, que é o direito à vida? Que política de segurança é essa, que extermina as camadas mais pobres da sociedade?”

Por Gizele Martins e Katarine Flor

“Que polícia é essa, que extermina nossas crianças e fala para a imprensa que a criança morreu por bala perdida em confronto de facções rivais? Que confronto? Onde estão as cápsulas de bala no chão, os barulhos dos tiros ou as paredes perfuradas? Apenas um tiro de fuzil foi disparado... tiro este que encontrou seu destino na cabeça de uma criança inocente que saía para comprar o pão”. Este relato foi assinado e divulgado pela jornalista e moradora da Maré, Silvana Sá.

Foi escrito quando Matheus Rodrigues, de apenas 8 anos, foi morto no ano passado com um tiro dado pela Polícia Militar, que fazia ronda na Baixa do Sapateiro, Complexo da Maré, onde a criança morava. Esse texto reafirma a ação violenta que a polícia tem dentro das favelas cariocas. Prova também como a mídia e os órgãos públicos criminalizam essa população.

Polícia mata mais que gripe suína

A mãe de Matheus, Gracilene dos Santos, até hoje luta por justiça. Infelizmente não foi e nem é a única mãe que chora ou chorou pela covarde morte de seu filho. Só em 2006, em menos de 15 dias, quatro outras mães choraram em diferentes favelas do Rio. Em nome da “ordem” e da “segurança”, operações policiais promovem nas favelas caos, medo e violência. Esta é a constatação da socióloga Vera Malaguti, do Instituto Carioca de Criminologia.

A observação da pesquisadora fica provada pelos fatos que ocorreram no dia 19 de agosto deste ano. O que se viu foram helicópteros dando rasantes, tiros e explosões no horário em que as pessoas saíam para o trabalho e as crianças iam para a escola.

Como resultado, só no Morro dos Macacos foi divulgado que uma mulher de 33 anos, uma criança de 12 anos e um adolescente de 14 anos ficaram feridos. Nas

operações nos morros do Centro, dois homens foram feridos. No Morro do Pavão-Pavãozinho, Coroa, Minera, Maré, e em outras favelas do Rio de Janeiro, o confronto direto entre policiais e traficantes deixa seu rastro de sangue. “O que fica bem claro é o sentido aterrorizador e a mensagem de que a vida daquelas pessoas não vale muita coisa”, afirma Malaguti. “Toda essa guerra serve apenas para alimentar a ‘indústria do controle do crime’ e brutalizar os pobres da cidade”, observa.

Combate ao tráfico é pretexto para extermínio

O combate ao tráfico de drogas é normalmente usado pelos representantes governamentais como justificativa para ta-

manha brutalidade dentro das favelas cariocas. José Beltrame, secretário estadual de segurança pública do Rio, por exemplo, afirma que o cenário atual é de guerra, e que, por isso, a polícia deve agir com tanta severidade. A morte de muitos moradores de favelas seria apenas uma consequência disso, já que, para Beltrame, é nestes locais que se encontra o crime organizado. “O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas. (...) É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos”.

“Quem é o bandido?”, questiona Malaguti. Ela afirma que a figura do bandido é uma construção, e os de hoje são os

deserdados da economia neoliberal, como os trabalhadores informais, camelôs, sem-tetos, sem-terra, e todos os moradores de favelas, por exemplo. O argumento utilizado pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, em abril do ano passado, deixa ainda mais evidente as afirmações feitas pela socióloga. Em entrevista, ao defender o aborto, Cabral disse que a mulher de favela é “fábrica de produzir marginal”.

Mídia comercial também criminaliza

De acordo com o deputado estadual Marcelo Freixo (Psol), uma das promessas de campanha de Sérgio Cabral era a mudança na política pública de segurança adotada pelas autoridades anteriores. Mas não foi cumprida. “Isto não aconteceu apenas na segurança. Na saúde, só o que se fez até agora foram as fundações públicas de direito privado. Na educação, o governo investe em laptop, em ar condicionado, e o salário dos professores continua baixíssimo. Na segurança, o que o governo fez foi comprar caiveiros”, disse.

A mídia comercial também tem grande responsabilidade nisso. Ao cobrir a morte de Matheus Rodrigues, na Maré, ela afirmou em um primeiro momento que o menino tinha envolvimento com o tráfico. Ao invés de ouvir os mais de 200 moradores que estavam no local, apenas deu ouvido ao que a polícia disse. Como se o envolvimento com o tráfico justificasse a crueldade da Política de Segurança Pública do Rio de Janeiro nas localidades mais pobres.

A solução para tudo isso é ouvir, analisar, questionar, cobrar das autoridades tudo o que prometeram durante suas campanhas eleitorais. Afinal, são eleitos pelo povo, e é a população que pode mudar esta crua realidade que atormenta todos os dias cada morador de favela e todos os que pertencem a classe mais pobre. É preciso que cada cidadão exija seus direitos. As pessoas, os movimentos sociais e as diferentes instituições precisam se organizar e defender seus interesses. Interesse este que é a garantia dos direitos de cada cidadão, o que se resume ao direito de viver.



FOTO POR MAUDIMHO LOURENÇO

“Mulher chora em manifestação no Complexo da Maré contra o assassinato de crianças por policiais”

IBGE não cadastra: no Brasil, mais de 32 mil moram nas ruas

“Choque de Ordem” torna mais invisível quem já é invisível

Caçados quase no laço, miseráveis, desajustados e doentes são amontoados em abrigos e até forçados a frequentar religiões.

Por Rita de Cássia

No início de 2009, a Prefeitura do Rio de Janeiro deu início à operação Choque de Ordem, que, segundo as autoridades responsáveis, serve para “organizar” a cidade. O ato passou a retirar ambulantes, carros das ruas, derrubar prédios sem a documentação ou com construção irregular ou tudo que considerarem que esteja sujando a imagem da cidade. Um dos principais alvos da Prefeitura é a população de rua, que é expulsa e enviada para abrigos.

A população de rua não está satisfeita com as investidas da Prefeitura. Esses moradores costumam fugir quando percebem a chegada da equipe porque temem os locais para onde são enviados. Muitos reclamam que os abrigos são sujos, ocorrem muitas brigas e são humilhados por seguranças e funcionários da Prefeitura. Outra reclamação é em relação às instituições onde são obrigados a participar de atos religiosos.

Rezar na marra não dá

A moradora de rua que diz se chamar Maria visivelmente tem problemas de obesidade. Ela possui entre 35 a 40 anos, e costuma ficar na Av. Rio Branco em frente ao número 277. Maria fala sobre sua impossibilidade de ficar nos abrigos. “Eu tenho que subir e descer uma escada enorme pra poder ir ouvir uma missa. Eu não posso, eu sou muito gorda. Por isso eu fugi”. Perguntada como fugiu, ela diz que aproveitou quando todos estavam lanchando e saiu apenas com a roupa do corpo.

Outra reclamação é que eles são obrigados a irem com a equipe. Caso contrário são presos por desacato. João, 26 anos, baiano que costuma ficar nos Arcos da Lapa, reclama da truculência da equipe da prefeitura. “Eles pegam à força e prendem. Por isso tem polícia junto”. João conta que no abrigo convivem pessoas que precisam estar em hospitais por estarem com algum tipo

de doença, como tuberculose, doenças venéreas e o vírus HIV. Danielle, 45 anos, que acabou de chegar de São Paulo, diz que nos abrigos do Rio ela não fica. “É melhor ficar na rua. Muitos estão doentes nos abrigos aqui do Rio. O melhor é o Curitiba”, opina.

Para a prefeitura tudo bem

A visão da prefeitura é muito otimista, bem diferente da dos moradores de rua. Segundo a administração municipal do Rio, a ação é feita por uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais, agentes sociais e guardas municipais com o apoio da Polícia Militar. O intuito, diz a prefeitura, é dar cidadania a estas pessoas.

Quantos estão nas ruas?

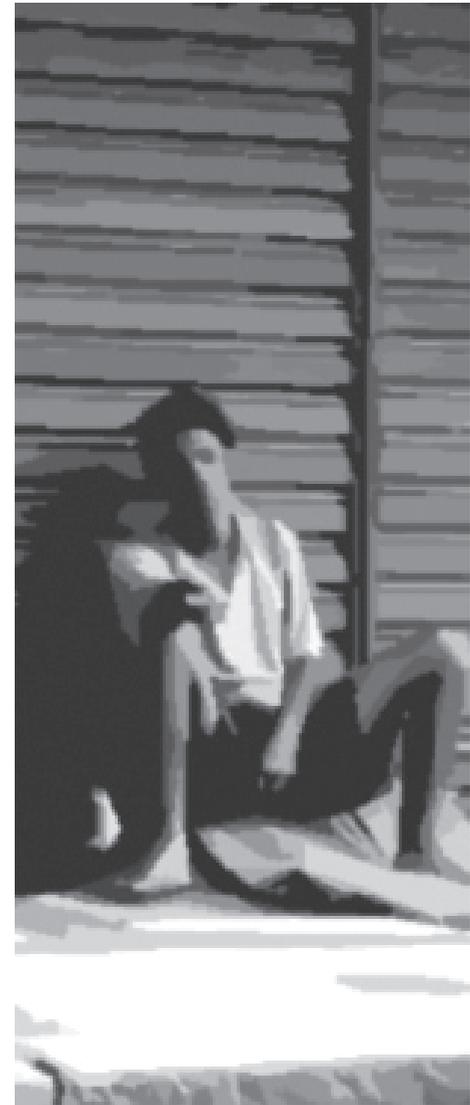
Segundo pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social, realizada em 2007, existem no Brasil aproximadamente 32 mil pessoas morando nas ruas. O maior número é de homens. A grande maioria não é coberta pelos programas sociais (88%). Os que recebem algum benefício estão incluídos na aposentadoria (3%), no Programa Bolsa Família (2,3%) e no BPC (Benefício de Prestação Continuada), 1,3%. Os indivíduos com apenas um tipo de documento de identificação ou

sem documentação alguma chegam a 24,8% do total da população pesquisada. No Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em pesquisa realizada em 2007, contou 1.932 pessoas morando nas ruas. A pesquisa foi feita em 16 áreas da cidade.

Por que estão nas ruas?

A população de rua é formada por pessoas desempregadas e que não têm mais condições de prover suas respectivas famílias, o que muitas vezes acaba ocasionando conflitos familiares, além daqueles que têm problemas com drogas lícitas e ilícitas e os que sofrem discriminação por sua opção sexual. É uma população desprovida de direitos e de informações, sem políticas sociais que os atendam diretamente.

Trata-se de pessoas que vivem em um processo progressivo de empobrecimento. Sua situação é tão precária que são considerados indivíduos invisíveis pela sociedade. Fato tão real que na dinâmica de trabalho do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população de rua não faz parte do recenseamento realizado pela instituição, uma vez que a referência básica para o levantamento do censo é de pessoas que possuem uma residência fixa.



FONTE: Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social de Rita de Cássia da Silva Lima: *Indivíduos Invisíveis: Um breve estudo da população em situação de rua do Projeto Revivendo*. As falas foram extraídas de entrevistas realizadas no mês de maio para construção do Pré-Projeto - *Estudo sobre as mulheres em situação de rua na região da Lapa no Centro do Rio de Janeiro*.



FOTOS POR KATHARINE FLOR

Rio de Janeiro: CDD

População se divide sobre Choque de Ordem

Uma iniciativa que começou em Botafogo, no Morro Dona Marta, foi implementada da mesma forma na Cidade de Deus. O prefeito do Rio, Eduardo Paes, aproveitando a ocupação da Polícia Militar e do Bope (Batalhão de Operações Especiais), empreendeu na comunidade o chamado “choque de ordem”. Essa intervenção aconteceu em vários pontos da cidade. Na Cidade de Deus, além das medidas que estão ocorrendo em outros lugares, fiscais da prefeitura ainda recolheram carcaças de carros abandonados. A PM também apreendeu motos com documentação irregular.

A polícia dita “pacificadora” está na comunidade há nove meses. Entre os moradores da Cidade de Deus, as opiniões divergem sobre esta ocupação. Samuel Siqueira, de 18 anos, é a favor. “Acho bom para a comunidade, porque organiza. Só não deveriam tirar tudo sem dar um abrigo a essas pessoas”, comenta. Uma das preocupações de Samuel é com os comerciantes locais. Seu cunhado, por exemplo, gastou quase dois mil reais para montar sua loja, e não teve respaldo algum do governo quando ela foi derrubada.

Luciano Gomes, de 33 anos, acredita que o BOPE traz mais segurança. Assim como Samuel, ele reconhece que não

deram recursos para essas famílias e comerciantes. “A iniciativa, apesar de interessante, é mascarada pelo governo. Implantaram um sistema sem dar suporte para o povo. Trouxeram segurança, mas em troca os moradores perderam casa e lojas”, analisa Luciano.

Passado este tempo, muitas promessas foram feitas e poucas cumpridas, como a reforma do conjunto habitacional conhecido como AP e a internet digital. Esta última não funciona como deveria.

Um agravante é que o tráfico ainda continua nas barbas da polícia. Torturas e abusos também fazem parte da rotina de quem deveria dar segurança.

Nada foi feito em relação a saneamento básico e pavimentação. A creche prometida ainda está em construção. O entulho das casas derrubadas ainda está dentro do rio, e a luz é só para alguns, ao invés de para todos.

Um indício de que poderia ser melhor é que, no lugar onde a polícia está com um posto de policiamento comunitário, crianças brincam e têm aulas de artes marciais. Contudo as pessoas andam com receio de que a criminalidade possa voltar, já que não há segurança quanto à permanência da polícia e nem quanto a melhorias propostas pelos governantes.

Cidade de Deus Digital não é tão bom quanto parece

Moradores reclamam da má qualidade do programa que promete levar internet sem fio à comunidade

Por Marília Gonçalves

No dia 21 de maio de 2009, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, lançou o projeto *Cidade de Deus Digital*, que ofereceria internet grátis sem fio na comunidade. O dia foi marcado por uma grande festa política na praça principal do bairro. Acompanhado do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, o governador atraiu a imprensa e o projeto se tornou notícia em diversos jornais. Segundo o site *globo.com*, o secretário afirmou que a Cidade de Deus seria a maior experiência mundial em internet livre sem fio em área carente. “Serão atendidas mais de cem mil pessoas. E, na verdade, isso aqui será o

embrião de um projeto na Baixada Fluminense, onde vamos atender 2,5 milhões de pessoas a partir de 28 de junho”, declarou Cardoso.

Mas a mídia não noticiou que os moradores beneficiados só foram avisados do acontecimento uma semana antes da festa. No dia 20 de maio, o *Portal Comunitário da Cidade de Deus* foi convidado a participar de uma reunião com o subsecretário Marcos Villaça para “tratar da participação do Portal no lançamento”, que aconteceria um dia depois.

Dois dias depois da inauguração, o Portal Comunitário registrou a primeira de muitas reclamações que os moradores fariam sobre o projeto. “Desde que inauguraram essa internet aqui não consigo me conectar”, afirmou Rogério Souza, morador da comunidade. Na praça onde foi realizada a festa de lançamento, estão disponíveis monitores e computado-

res para auxiliar o acesso e tirar dúvidas. Segundo Rogério, apenas os computadores da praça funcionam bem.

Nem o governo nem a MIBRA Telecom, empresa contratada para realizar o projeto, divulgaram quais seriam os aparelhos necessários para receber o sinal da internet. No entanto, a MIBRA chegou a enviar uma nota ao Portal afirmando que “são muitos os equipamentos sem a configuração necessária para prover acesso à rede instalada”. Por isso, para a empresa, as reclamações dos moradores não teriam fundamento.

O pesquisador Celso Alvear, responsável pela criação e suporte do Portal CDD, questiona a justificativa. “Eu gostaria de saber se a MIBRA faria essa afirmação, se quem estivesse pagando diretamente para eles colocarem a internet digital fossem os próprios moradores da CDD. Mas indiretamente são eles que pagam com seus

impostos”, observa.

A MIBRA alega que o projeto está em “fase de testes” e que apenas as “áreas pacificadas” estão recebendo a cobertura, a pedido da Prefeitura. Em entrevista para o RJTV, Cardoso afirmou que o sistema “é tão bom que todo mundo quer”, e esse seria o motivo das queixas. Já Alvear afirma que “nenhum morador estava debatendo no Portal se queria ou não a internet sem fio. O que estavam afirmando é que queriam um serviço de qualidade”.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia não assume como erro o lançamento precoce, nem a MIBRA assume erros técnicos. Mas é bom levar em consideração que, já em agosto, nenhuma das 2,5 milhões de pessoas na Baixada Fluminense estão sendo beneficiadas com o sinal de internet sem fio, como foi prometido pelo secretário Alexandre Cardoso no dia do lançamento do projeto.

Educação

Justiça do Rio suspende reserva de vagas em universidades públicas

Por Tatiana Lima e Viviane Oliveira

Professores e alunos do Rio de Janeiro foram pegos de surpresa no dia 25 de maio de 2009. Após sete anos de implantação do sistema de cotas nas universidades públicas estaduais, o Tribunal de Justiça do Rio suspendeu a Lei 5.346, que estabelecia a reserva de vagas. A liminar foi concedida ao deputado Flávio Bolsonaro (PP). Seu principal argumento é que a Lei de Cotas provoca o acirramento da discriminação.

A estudante Miriam Ferreira, de 21 anos, não concorda com a visão do TJ. Ela foi aprovada para o curso de Biologia na Uerj pelo sistema de reserva de vagas. “Eu não acho que as cotas acirram o preconceito. Fui aprovada por cotas raciais e não me sinto inferior. O problema está nas pessoas que são preconceituosas”.

Após estudar três anos em um pré-vestibular comunitário da Maré, Miriam é a primeira de oito irmãos a ingressar em uma Universidade.

Para Alberto Mendes, professor de sociologia do Pré-vestibular Comunitário do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj), o grande problema está na falta de informação. “A população não sabe que a primeira condição das cotas é ser carente. Não basta ser negro. Fiz uma pesquisa com cerca de 800 pessoas. 95% diziam ser contra, mas depois que li para elas, todas sem exceção mudavam de opinião”, revela.

O artigo 1º da lei de cotas garante o ingresso ao ensino superior para pessoas carentes. A carência deve ser provada com entrevista e apresentação de documentos comprobatórios de renda. Caso não seja

confirmada, o candidato não pode concorrer pela reserva de vagas. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), por exemplo, a renda familiar não deve ultrapassar o valor máximo de R\$630 por pessoa. Somente após essa consulta é que o estudante opta por uma das cotas previstas em lei.

De acordo com o artigo 2º, 20% das vagas oferecidas são destinadas a negros e indígenas, 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino, 5% para pessoas portadoras de deficiência e filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos em serviço. Somados, o percentual chega a 45% do total de vagas. Sendo assim, a maior parte continua a ser destinada ao ingresso de não-cotistas.

Outras universidades brasileiras também enfrentam ações judiciais. Na Universidade de Brasília (UNB), o pedido de suspensão do sistema de reservas de vagas veio do Partido Democratas (DEM). Até o momento nenhuma liminar foi concedida em favor do partido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na Uerj, a decisão do TJ só entrar em vigor a partir do vestibular de 2010.

Cotas tornam mais justa a disputa por vagas

Foi feito um estudo sobre a vida social no Brasil, intitulado “Retrato das Desigualdades”. A pesquisa foi elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e por diversas institui-

ções. Os dados mostram que o acesso à educação é diferenciado entre grupos sociais. “Esse discurso de que os cotistas tiram a vaga dos outros alunos muitas vezes é elitista, daqueles que não estão contentes com o processo de inclusão social”, opina Alberto Mendes.

Quem concorda é Deise Pimenta, empregada doméstica e aluna do 1º período de serviço social da UFRJ. Para ela, o sistema de cotas é necessário para tornar mais justa a disputa por uma vaga na universidade pública. “Sem desmerecer quem tem dinheiro para pagar uma escola particular, mas a situação de um estudante pobre é bem diferente. Ele está em desigualdade. Então as cotas são uma maneira de repor essa igualdade”.

Já para Elaine Rodrigues, de 21 anos, que cursa o 1º período de Design Industrial na Uerj, o sistema de cotas não garante apenas o ingresso, mas a permanência do estudante na faculdade. “Meu curso é integral, por isso decidi prestar vestibular pelo sistema de cota. Quem tem cota tem o direito de receber uma bolsa auxílio, que ajuda muito. A suspensão das cotas vai acabar com isso”, ressalta.

Atualmente, na Uerj, a bolsa auxílio de R\$250 é destinada aos cotistas desde o início até o final do curso. Além disso, a lei é uma boa oportunidade para empregar esses alunos, pois garante reservas de vagas para estágio na administração direta e indireta do Estado.

Apesar de Constituição garantir igualdade pela lei, ela não existe na prática

FOTOS POR FRANCISCO VALDEAN



Saúde

Moradores de comunidades exigem saúde pública de qualidade

A ausência do Estado e o seu descaso com a população carente acentuam as desigualdades sociais. As precárias condições econômicas e sociais das comunidades têm contribuído para a revolta dos moradores.

Por Joana Campos,
Jane Oliveira, Danielle Pinheiro,
Mirian da Silva e Zélia Carneiro

A situação da saúde pública na comunidade Vila Autódromo é alarmante, assim como em todo o Brasil. O senhor Altair Guimarães, presidente da Associação de Moradores da Vila Autódromo, diz que a precária situação do Sistema Único de Saúde (SUS) causa constrangimento devido à falta de respeito dos governantes com a

saúde pública. O atendimento é péssimo, e como diz Altair, causa insegurança inclusive nos bons profissionais. “Vi isto no Hospital Municipal Lourenço Jorge. Quase sempre é um médico para cem pacientes. O salário é vergonhoso, e muitas vezes o profissional precisa trabalhar em dois, três ou mais hospitais, ou então montar um consultório particular”, observa Altair.

Uma saída seria evitar gastar verbas em empreendimentos que não são prioritários ou em obras super faturadas, como, por exemplo, a construção da Cidade da Música, que fica bem em frente ao Lourenço Jorge, onde falta tudo.

Outro exemplo é o autódromo de Jacarepaguá, construído com o dinheiro da população. “Essa obra hoje está ameaçada de ser destruída para se construir algum empreendimento por conta das Olimpíadas de

2016. Por que gastar verbas públicas para quebrar obras históricas, ao invés de investir dinheiro na saúde?”, questiona Altair.

Altair lembra ainda a possibilidade de a fórmula Indy de 2010 ocorrer no Aterro do Flamengo. Será gasto mais dinheiro com a construção de cercas, arquibancadas, licitações de empresas e novas despesas na recuperação dos gramados. E conclui: “Faltam recursos para o SUS porque não temos políticas públicas de verdade neste país”.

A saúde na CDD

A Comunidade da Cidade de Deus também não anda satisfeita com atendimento por parte do SUS. “A saúde pública não funciona de acordo com as nossas necessidades”, afirma a moradora D. Lizete.

De acordo com ela, para um bom atendimento faltam “recursos humanos, in-

formações para os usuários, Programas de Saúde da Família, e prevenção educativa para detectar as doenças”.

Quando questionada sobre as doenças que mais atingem a comunidade, Lizete respondeu prontamente: “tuberculose, hipertensão e Aids”. Mas foi a gripe suína que ocupou recentemente a página principal dos jornais, gerando pânico na população.

Os exemplos da Vila Autódromo e da Cidade de Deus mostram que o Estado é omissivo na questão da saúde. Faltam medicamentos, e é preciso recorrer ao Ministério Público. A revolta é nítida nos usuários, as filas imensas. Os programas assistenciais não suprem as necessidades dos moradores quando atingidos por uma grave doença. As vítimas acabam sendo aqueles que não podem pagar por atendimento privado. Ou seja, a maioria da população brasileira.

Juventude



- Vamos lá minha gente, abaixa a calça e quando eu falar 'já', vocês vão agachar três vezes, vamos lá... Essa é a frase cordialmente dita pelos senhores agentes às mulheres que visitam seus familiares.

Por Cynthia Rachel

Um Estado que propõe melhorias deveria investir em aparelhos eficazes que livrassem mães, avós e irmãs do constrangimento passado na hora da visita a seus filhos e filhas nos ‘sistemas sócio-educativos’. Não é admissível essa falta de cuidados com as mulheres que visitam os adolescentes na prisão que, segundo os agentes do Estado, é uma unidade de in-

ternação de medida sócio-educativa.

Depois da visita das mães, os senhores ‘Agentes do Degase’ ainda fazem piadas do processo de revista realizada, como forma de provocação aos internos.

Assim não dá!

O que eles pretendem com essa medida nada educativa?

Podemos listar aqui tudo o que presenciemos dentro das unidades, em especial na Escola João Luis Alves, o JLA ou Mansão, como é conhecido o complexo que fica o na Ilha do Governador.

Ao entrar, o local abandonado, os jovens pendurados nas janelas das “celas” ou quartos. Por falta de espaço são chamados de “lotação”. Num espaço local preparado

Por medidas mais educativas

para receber até 50 jovens, estão 49.

Em tempos de dengue, as piscinas das unidades encontram-se em repleto abandono, sujas, cheias de larva. Não existe um sistema de saúde para cuidar dos casos graves existentes, nem dos cortes primários. Aí, eu pergunto: será que os meninos têm espaço de lazer nessa tal unidade de internação sócio-educativa?

Não dá para deixar de falar da falta de respeito, da violação dos Direitos Humanos desses meninos e meninas que lá vivem achando que sairão prontos para uma melhor reintegração na sociedade. No ingresso as estas unidades, os adolescentes perdem a identidade, o direito de ser chamado por seus nomes de batismo e passam então a ser identificados por números, muitas vezes de acordo com o ato infracional cometido.

Idade penal: reduzir para quê?

Freqüentemente recebemos informação que tem crescido o número de adolescente envolvidos em crimes. Muitos acreditam que a melhor forma de puni-los seria criminalizá-los. Ou seja, reduzir de 18

para 16 anos a idade que uma pessoa pode ser condenada por cometer um crime.

Será que botar esta juventude atrás das grades não é o mesmo que tentar esconder problemas que nos afligem e piorar a situação? Sabemos que o tal sistema sócio-educativo, como descrevemos acima, não forma ninguém. Pelo contrário. São escolas de crime.

O debate sobre o tratamento a ser dado aos meninos e meninas que estão em cumprimento de medida é muito necessário. Aqueles que vão para o Degase são os filhos dos pobres. No Brasil, as classes mais populares não são parte do contexto político de reparação de danos, sejam estes morais, físicos ou de renda.

O Estado deveria ter o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como base para assegurar às crianças, adolescentes e jovens reais medidas sócio-educativas que proporcionem uma re-socialização em todas as esferas de saúde, cultura, educação, esporte, lazer, assistência social, trabalho e garantia de direitos. **[Este trabalho foi realizado depois de 1 ano e meio de contato com meninos que cumprem medida nos CRIAMS.]**

Brasil terra de mil músicas: a periferia pede passagem e vai entrando

No Rio, sociedade se mobiliza por descriminalização do funk

Funk consegue vitória na Alerj contra o preconceito em relação à manifestação e pelo seu reconhecimento como cultura

Por Sheila Jacob

O dia 1º de setembro foi histórico para o funk do Rio. Em sessão extraordinária na Alerj, foram aprovados dois projetos de lei considerados positivos pelo movimento musical. Um deles foi o PL 1671/2008, que define o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Já o outro, o PL 1983/2009, determina a revogação da lei 5265 de autoria de Álvaro Lins, usada pela polícia como pretexto para a repressão. Surgiu inclusive a ideia de tornar o 1º de setembro o novo Dia Nacional do Funk.

Essa sessão havia sido anunciada uma semana antes, durante uma audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj. No dia 25 de agosto o plenário ficou lotado com a presença de profissionais, artistas e amigos do funk. Foram convidadas as secretárias de Educação, Tereza Porto, e de Cultura, Adriana Rattes. “Não convidamos a segurança pública para mostrar que esse não é um caso de polícia”, explicou o deputado estadual Marcelo Freixo (Psol).



Audiência pública em 25.08

Esteve presente o antropólogo e pesquisador musical Hermano Vianna, que defendeu sua dissertação de mestrado em 1987 sobre o Baile Funk Carioca. Ele citou uma pesquisa da FGV que mostra que o funk do Rio movimenta R\$ 10 milhões por mês, além de gerar empregos, constituindo-se em importante setor da indústria criativa do Rio. “Mesmo assim, o funk é a manifestação cultural reprimida mais violentamente”, analisa. Para ele, existem leis confusas e contraditórias que tornam impossível a realização dos bailes. “Por isso é necessário repensar o funk, que tem capacidade de se tornar instrumento de paz e desenvolvimento. Essa música não pode

ser desperdiçada”, concluiu.

Perseguição a movimentos populares é histórica

A antropóloga e professora da UFF, Adriana Facina, lembrou que a perseguição faz parte da história do Brasil. “O preconceito em relação à cultura da classe popular faz parte da nossa sociedade. Temos que mudar isso. Essas vozes expressam realidades e modos de viver que não estão nos livros”. Para ela, proibir o funk faz parte do processo de criminalização não apenas da cultura, mas também de quem a produz: jovens pobres e favelados, em sua maioria negros.

De acordo com Adriana, o poder pú-

blico deve servir às demandas dos próprios profissionais do funk, respeitando sua autonomia e criatividade. Ela disse ainda que essa discussão interessa a todos que defendem a liberdade de expressão e a diversidade cultural.

O presidente da APAFunk, MC Leonardo, emocionou todos os presentes ao cantar um funk composto para denunciar a violência policial nas comunidades. Ele contou sua trajetória para unir todos que trabalham com o funk, pois para ele o movimento deve discutir suas próprias regras. Também esteve presente na audiência a cantora Fernanda Abreu, que declarou sua admiração ao funk.

Secretárias anunciam compromisso com o funk

A secretária de Cultura, Adriana Rattes, reconheceu o poder transformador do funk, e disse ser um compromisso a garantia de políticas públicas para sua valorização. Tereza Porto, por sua vez, entende que o funk é um forte elemento de comunicação com os alunos da rede pública e, por isso, não deve ser encarado com preconceito. Ambas assumiram o compromisso de reconhecimento do valor do funk por parte do Governo do Estado, e também a viabilização de meios para garantir sua livre expressão no Rio.

Hip hop e funk: músicas de denúncia e resistência

O hip hop é um dos movimentos musicais que ajudam a entender a ação da música como resistência. Esse movimento se desenvolveu nos Estados Unidos na década de 1970, para enfrentar o preconceito racial contra a juventude negra.

Por Danilo George

O hip hop nasceu marcado pelo diálogo com outros movimentos que já se preocupavam com o preconceito racial e também ofereciam resistência, como os Panteras Negras, e líderes como Malcom X e Martin Luther King. Nos anos 1980, a atuação do hip hop se expandiu para os grandes centros urbanos de quase todo o mundo. Foi um movimento que nasceu nos guetos, bairros afastados do centro

da cidade assim como as favelas, onde a diferença social é evidente.

No Brasil, o hip-hop começou a atingir proporções maiores na cidade de São Paulo no início da década de 1990. Possui várias influências musicais no território brasileiro, desde sambistas antigos, como Cartola e Jovelina, a artistas mais atuais, como Tim Maia e Jorge Ben.

O grupo brasileiro que mais se destacou no hip-hop foi o Racionais Mc's, que pautou temas que logo se tornariam presentes no movimento como um todo, como violência, crime, racismo, desemprego e desestruturação familiar.

Embora na atualidade seja muito comum associar a origem do movimento à presença marcante dos Racionais Mc's e seu forte teor na crítica social, é importante ressaltar que dentro e fora de São Paulo surgiam, nes-

se mesmo período, outros grupos artístico-musicais que também se dedicavam à leitura e à interpretação do cotidiano das periferias. Apenas a título de exemplo, podem ser citados o rap do GOG, de Brasília; o Mangue Beat de Chico Science, de Recife; o funk oriundo dos morros cariocas, entre outros.

Um exemplo dessa atuação da música como movimento de denúncia e resistência é o funk *Tá tudo errado*, da dupla de Mc's Junior e Leonardo:

“Comunidade que vive a vontade com mais liberdade tem mais para colher / pois alguns caminhos para a felicidade são paz, cultura e lazer/comunidade que vive acuada tomando porrada de todos os lados / fica mais longe da tal esperança, os menor vão crescendo tudo revoltado / Não se combate crime organizado mandando blindado para beco e viela / pois só gera mais ira, para os

que moram dentro da favela / Sou favelado e exijo respeito, são meus direitos que peço aqui / pé na porta sem mandado, tem que ser condenado não pode existir...”

Esse trecho mostra uma preocupação com certos direitos negados e reivindicados pela população da periferia. Prova ainda que a música pode ter um importante e forte cunho político: o de protestar e resistir, para se construir uma nova ordem social.



América Latina

Golpe de Estado em Honduras pode ser o estopim de uma série



FOTO POR IVAN PINHEIRO

Oligarquias hondurenhas, com o apoio do Exército, depuseram o presidente Manuel Zelaya que luta para restabelecer a democracia em seu país

Camila Marins

Efeito dominó. Esta é a avaliação da consulesa-geral de Honduras no Rio de Janeiro, Gioconda Perla, sobre o golpe de estado em seu país. “Essa ação abre precedentes enormes na América Latina”, declarou. Deposto pelas forças oligárquicas hondurenhas em 28 de junho, o presidente Manuel Zelaya foi preso em sua residência e enviado a Costa Rica. Hoje, Zelaya continua fora de Honduras, enquanto manifestações ocorrem por todo o país pedindo a volta de seu presidente.

A principal justificativa para este golpe, que fere a democracia, foi a tentativa de uma consulta popular sobre a reeleição de Zelaya. De acordo com a consulesa, esta seria a primeira vez que o povo hondurenho manifestaria a sua vontade por consulta popular. “Aplicam um golpe de

Estado como se Honduras não tivesse um sistema democrático”, pontua Gioconda.

Honduras está localizada em um local estratégico da América Latina e sua política sempre esteve alinhada aos interesses imperialistas norte-americanos. No entanto, Zelaya começou a demonstrar alinhamento político à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), inaugurada por Hugo Chávez e inspirada no pensamento de Simon Bolívar.

Modesto da Silveira, advogado, militante de direitos humanos e diretor da Casa da América Latina, remonta a História e aponta a ALBA como foco de resistência latinoamericana. “Simon Bolívar previu e chegou a propor a Confederação Americana com base nos latinos. E esse sonho renasce com a ALBA, como forma de resistir aos saqueadores e ao grande império”, explicou.

Ainda segundo Modesto, a América Latina representa uma região estratégica que começa a incomodar os países imperialistas. “A proposta bolivariana, como nova política de enquadramento, incomoda, porque mostra que os países da América Lati-

na estão tomando consciência de sua realidade social”, afirmou o advogado.

Roberto Micheletti, membro do Partido Liberal de Zelaya, foi eleito, duvidosamente, pelo Congresso Nacional, na tarde de 28 de junho, para presidir a nação até as eleições de 29 de novembro.

O papel da imprensa alternativa na denúncia do golpe

Desde o golpe criminoso, dado pela elite e com o apoio dos militares, a população hondurenha vive dias de tensão, entre a repressão da polícia e um governo não reconhecido. A imprensa latinoamericana se uniu com o objetivo de registrar e denunciar este golpe. E, como resposta, jornalistas venezuelanos foram detidos. Muitos profissionais da comunicação foram agredidos, e tiveram seu material apreendido.

“Não temos o apoio da mídia e a população deve se apoiar nos meios de comunicação alternativos. A América Latina precisa de uma imprensa livre, com donos descomprometidos com o capital”, alertou Gioconda Perla, que foi destituída do cargo por Micheletti.

Solidariedade brasileira ao povo hondurenho que quer Zelaya de volta

No dia 11 de agosto, milhares de pessoas foram às ruas manifestar repúdio ao golpe de Estado. A Casa da América Latina organizou uma delegação de brasileiros para demonstrar solidariedade ao povo hondurenho. Ela foi representada pelo deputado estadual Amauri Soares (PDT/SC); pelo secretário-geral do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e diretor da Casa da América Latina, Ivan Pinheiro; e pelo dirigente nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Marcelo Buzetto. De acordo com Ivan Pinheiro, as manifestações populares contavam com 20% de mulheres, e a categoria mais mobilizada é a de professores. “Presenciamos muita repressão com demonstrações de violência e toques de recolher, mas o povo hondurenho resiste bravamente aos ataques. É preciso uma unidade latinoamericana, porque a cada dia o golpe se consolida mais”, avaliou. A delegação representou diversas instituições políticas e sociais do Brasil, solidárias à luta e à resistência hondurenha. “Reafirmamos nosso compromisso em dar continuidade à luta contra uma nova escalada golpista em nosso continente. Também lutamos para que se reforce a unidade dos povos da América Latina na luta antiimperialista, e por um mundo justo, livre e fraterno”, concluiu Ivan Pinheiro. (CM)